

O Comércio do Porto e o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Teatro Europeu da 1ª Guerra Mundial (1916-1918)

– Nelson Araújo

Resumo

Iniciada em 1914 e finalizada em 1918, a “Grande Guerra” – como foi designada pelos seus contemporâneos – foi a primeira conflagração mundial. Portugal entraria oficialmente como beligerante, do lado da *Tríplice Entente*, em 1916. Essa entrada e consequente participação foi acompanhada pela imprensa escrita nacional de forma atenta. Com este estudo pretende-se acompanhar a participação portuguesa na Frente Ocidental europeia, nos seus aspetos fundamentais, através das notícias do periódico *O Comércio do Porto*.

Palavras-chave: Imprensa portuguesa; Grande Guerra; *O Comércio do Porto*; Portugal.

Abstract

Beginning in 1914 and ended in 1918, “The Great War” – then the contemporary designation for the conflict – was the first world conflagration. Portugal entered officially in the warfare in 1916, next to the *Entente* or the *Allies’* side. This decision and consequent participation was carefully followed by the Portuguese press. Within this essay it is intended to analyze the Portuguese participation on the European Western Front, in its most relevant aspects, following the articles of the newspaper *O Comércio do Porto*.

Keywords: Portuguese press; Great War; *O Comércio do Porto*; Portugal.

Introdução

O Tema

O tema do presente trabalho, *O Comércio do Porto e o acompanhamento da participação portuguesa no teatro europeu da Primeira Guerra Mundial (1916-1918)*, surge no âmbito de duas das unidades temáticas propostas para a elaboração de um trabalho de investigação no âmbito do Seminário de História Contemporânea (“guerras mundiais” e “imprensa”). A sua escolha prendeu-se com os poucos estudos sobre a visão da imprensa relativa à participação portuguesa na Grande Guerra.

As Variáveis Espaço-Tempo

Toda a investigação histórica carece, pelo menos, de alguns elementos fundamentais: o espaço, o objeto de estudo (a fonte ou fontes), e o tempo que delimita a abordagem. Sobre a primeira das três condições, a escolha de um jornal portuense (*O Comércio do Porto*) prendeu-se com a disponibilidade da sua consulta, visto existir no fundo hemerográfico da biblioteca central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Já a variável dinâmica temporal é o espelho do assunto abordado: tem como datas limítrofes o dia 9 de março de 1916, declaração formal de guerra por parte da Alemanha a Portugal que iniciou os preparativos para a efetiva participação portuguesa no teatro europeu da Grande Guerra, enquanto a data correspondente ao Armistício de Compiègne se constitui como o outro limite, visto ser o fim oficial do conflito armado em 11 de novembro de 1918.

Interrogações

Após definido o tema, a investigação necessita de um rumo, um caminho a seguir. Como o diz Raymond Quivy: “le chercheur doit s'obliger à choisir rapidement un premier fil conducteur aussi clair que possible de sorte que son travail puisse débiter sans retard et se structurer avec cohérence”.¹ Essa linha coerente é baseada em questões de partida a que se procura dar respostas concretas. É a problematização que ajuda, em última análise, à construção de todo um processo de investigação.²

Tendo em mente essa incontornável necessidade, enunciaram-se os objetivos relativos ao tema em estudo a que se procurou responder:

- Identificar em que data e números do periódico em análise se refere a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e o que a motivou;
- Registrar a reação da população nacional ao tomar conhecimento dessa declaração;
- Compreender e analisar o tipo de discurso que é feito após a declaração de guerra, as reações sociais;
- Perceber as movimentações diplomáticas do governo português face à necessidade de entrar em guerra;
- Compreender como se realizou a mobilização para a guerra e o recrutamento das tropas;

¹ Luc Van Campenhoudt e Raymond Quivy, *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*, 4.^a ed. (Paris: Dunod, 2011), 25.

² Campenhoudt e Quivy, *Manuel*, 26.

- Localizar onde se realizaram os treinos militares dos novos recrutas e o período temporal em que ocorreram;
- Constatar como se procedeu ao transporte das tropas para a frente de batalha;
- Assinalar os locais onde eram desembarcados os soldados a fim de integrarem as hostes Aliadas;
- Constatar como era feita a logística das tropas;
- Percecionar como viviam as tropas nas trincheiras;
- Entender quais as dificuldades vividas na frente de batalha pelo Corpo Expedicionário Português (CEP);
- Identificar as batalhas e principais confrontos que o CEP travou;
- Analisar o discurso feito acerca dos confrontos bélicos travados pelo CEP;
- Detetar a referência ao Armistício de Compiègne (1918).

1. Perspetivas Historiográficas

A Grande Guerra, nos seus aspetos fundamentais, está já bastante estudada. Dos variados estudos sobre ela elaborados convém destacar o de Martin Gilbert³ e o de Marc Ferro.⁴ Destas duas monografias há que salientar a perspetiva militar de Martin Gilbert, com a referência às principais batalhas do conflito, e o elencar por Marc Ferro das causas para a conflagração que deu origem à Grande Guerra, onde entende como responsáveis as tensões entre as várias potências geradas pela rivalidade em termos económicos, os nacionalismos, e o próprio sentimento belicista existente em muitos políticos europeus. O assassinato em 1914 do arquiduque Francisco Fernando por Gavrilo Princip, nacionalista sérvio pertencente à organização terrorista “Mão Negra”, tornou um problema regional o inconformismo sérvio com a anexação da Bósnia pelo Império Austro-Húngaro num problema europeu pela ativação das alianças a que Sérvia e Império Austro-Húngaro pertenciam, as *Tríplices Entente* e *Aliança* respetivamente, que derivou numa conflagração mundial pela participação de países dessas mesmas alianças e seus aliados extraeuropeus com contingentes de soldados dos domínios coloniais.⁵

A investigação relacionada com a Primeira Guerra Mundial, no que respeita à participação portuguesa, é na esmagadora maioria da autoria de historiadores

³ Martin Gilbert, *The First World War: A Complete History* (Nova Iorque: RosettaBooks, 2014).

⁴ Marc Ferro, *The Great War: 1914-1918* (Nova Iorque: Routledge, 2006).

⁵ Ferro, *Great*, 4-52.

portugueses. A procura de compreender o conflito tem sido feita com base em análises relacionadas com o processo diplomático dos Governos republicanos para entrar em guerra. Perspetivas diversas têm vindo a ser adotadas pelos historiadores, debruçando-se quer sobre os aspetos militares (batalhas, tática militar, logística) quer sobre a psicologia e o quotidiano das tropas na frente de batalha. Mesmo com todos estes novos contributos, a análise da participação portuguesa continua a tender a centrar-se em perspetivas diplomáticas.⁶

Uma das historiadoras mais críticas desta perspetiva de análise é Isabel Pestana Marques. Nos seus contributos constantes da bibliografia, a busca pela compreensão do quotidiano das tropas é o ponto-chave abordado, quer nas suas vivências na frente, quer na compreensão da psicologia coletiva do soldado.⁷ Já a obra coordenada por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes⁸ tem como assuntos centrais questões sobre táticas militares, logística das tropas, condições nos teatros de operações, sem descurar a conjuntura que deu origem à Grande Guerra. Por seu turno, Nuno Severiano Teixeira nos trabalhos que desenvolveu sobre este conflito,⁹ prima essencialmente pela abordagem político-diplomática com a particularidade de procurar as motivações para a entrada portuguesa na guerra numa perspetiva dinâmica e integradora. Para a entrada de Portugal na guerra aponta várias causas: a necessidade de legitimação da República, quer face ao estrangeiro quer através da união da nação contra o inimigo comum, bem como o problema das colónias africanas e da sua manutenção, que para os olhos dos republicanos só ocorreria se se imiscuíssem no conflito até este findar, para que com os tratados finais obtivessem resposta a estes seus intentos.¹⁰

⁶ Sobre a historiografia portuguesa da Grande Guerra ver entre todos, Isabel Pestana Marques, "1914-1918. Comportamentos de Guerra," Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata (coords.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2004), 100.

⁷ Sobre esta vertente, ver sobretudo Isabel Pestana Marques, "Os Portugueses Nas Trincheiras: Vivências Comportamentais", Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX* (Lisboa: Edições Colibri, 1998) ou Vítor Rodrigues Viana (ed.), *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra*, n.º 139 (2014).

⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010).

⁹ A *Nova História Militar de Portugal*, por ele coordenada, não contém somente o relato político-diplomático do conflito, mas um conjunto de trabalhos do mais diverso âmbito. Já na obra *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império*, a contribuição que para ela fez reflete as mesmas ideias no que respeita às motivações para a entrada portuguesa na Grande Guerra. Ver Nuno Severiano Teixeira, "A Política Externa da Primeira República – 1910-1926", Filipe Ribeiro Meneses e Pedro Aires Oliveira (coords.), *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império* (Lisboa: Ed. Tinta da China, 2011), 173-75.

¹⁰ "Portugal na Grande Guerra 1914-1918: As Razões da Entrada e os Problemas da Conduta", Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX* (Lisboa: Edições Colibri, 1998), 56-59.

No concernente à imprensa e ao relato que esta fez do conflito não existe para o caso português um estudo sistemático,¹¹ apesar de a imprensa ser por várias vezes utilizada como fonte, sempre com cariz complementar. Um estudo específico sobre este tipo de fontes foi já realizado por Phillips O'Brien para os EUA, mas somente para as reações da população ao rebentar do conflito em 1914, atitudes essas muito semelhantes às encontradas na fonte de informação escolhida.

2. O Comércio do Porto Enquanto Fonte: Contributos e Limitações

Periódico diário fundado em 1854¹² e cuja publicação findou em 2005,¹³ o *Comércio do Porto* tinha como função noticiar a atualidade e outros assuntos relacionados com a política, cultura, comércio, etc. O seu intento principal era informar o leitor de modo fiável.¹⁴ Esta fiabilidade da informação é posta em causa devido a condicionamentos impostos pelo poder político, nomeadamente a censura de guerra decretada pela Primeira República. É bastante fácil detetar este tipo de censura devido ao espaço em branco que era obrigatório deixar nos artigos censurados a partir de 1 de abril de 1916, data em que foi posta em vigor, ou mesmo o silenciamento de acontecimentos pouco abonatórios ao esforço de guerra nacional.¹⁵

A sua escolha enquanto fonte justifica-se pelo facto da sua atividade abranger o período em estudo. Contudo, esta fonte de informações possui limitações intrínsecas: em termos informativos nota-se a falta de um correspondente na frente de batalha, pelo que este periódico dependia essencialmente das informações veiculadas por jornais e agências noticiosas estrangeiras e pelo que o Estado português divulga (comunicados da frente, listas de baixas), que se somam à censura de guerra que sobre os jornais portugueses se abateu e às greves dos tipógrafos que esporadicamente ditavam a suspensão da sua publicação.¹⁶

¹¹ Os estudos mais recentes sobre a perspetiva da imprensa encontram-se em Ricardo Marques, Margarida Magalhães Ramalho e Rui Cardoso (coords.), *A Primeira Guerra Mundial* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), embora tal apenas se refira ao que ocorria em Portugal enquanto era feita a declaração de guerra, e Francisco Miguel Araújo, "Impressões Jornalísticas Sobre o Porto na Grande Guerra", Gaspar Ferreira *et al* (coords.), *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações* (Porto: CITCEM, 2014), 105-124. Um estudo mais elaborado sobre o assunto é o de António Ventura, "A Guerra e a Imprensa Portuguesa", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 497-503.

¹² Manuel Enes Ferreira, "Comércio (O) do Porto", António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Figueirinhas, 1999), 373.

¹³ Mário Matos Lemos, "Comércio do Porto, O", Mário Matos Lemos(coord.), *Jornais Diários Portugueses Do Século XX. Um Dicionário* (Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, 2006), 170.

¹⁴ Lemos, "Comércio", 170-74.

¹⁵ Ventura, "Guerra", 503.

¹⁶ Araújo, "Impressões", 107.

A fonte de informação objeto do presente estudo encontra-se em bom estado de conservação havendo apenas a notar a falta de 5 números na totalidade dos quase três anos analisados. A sua imediata disponibilidade e a fácil acessibilidade de consulta providenciada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto foram uma grande mais-valia para este trabalho de investigação, e que não é de modo algum exagerado salientar.

3. O Comércio do Porto e a Intervenção Portuguesa na Frente Ocidental (1916-1918)

3.1. A Declaração Formal de Guerra

Agora, sim, agora já poderemos dizer afoitamente, e de cabeça erguida, aos nossos amigos dos países aliados que não faltamos ao dever que a honra nos impunha e que somos dignos da sua consideração e da sua solidariedade.¹⁷

No dia 9 de março de 1916 o embaixador barão Von Rosen entregou ao ministro Augusto Soares a célebre declaração de guerra alemã que levaria Portugal a entrar no conflito no teatro europeu. Tal não foi um ato inesperado, como muita da historiografia pode levar o leitor a entender pela falta de pormenores e de explicações mais elaboradas, até porque desde 1914 portugueses e alemães já de enfrentavam militarmente junto das fronteiras das suas colónias africanas.

A insegurança dos mares durante o ano de 1916 era grande. Salvaguardando-se de perdas e da destruição, muitos navios mercantes alemães optaram por, preventivamente, se refugiarem em portos de nações neutras. O conceito de neutralidade era visto de modo demasiado alargado pelos alemães – neutral era todo aquele que não tinha declarado guerra à *Tríplice Aliança*, mesmo sem Portugal ter declarado tal, 76 navios mercantes alemães e austríacos consideraram ter obtido asilo nos portos portugueses.¹⁸

A ideologia intervencionista perpassava pelo governo apesar de algumas diferenças internas, sobretudo dentro das diferentes facções partidárias.¹⁹ O porquê de se querer a intervenção armada passava muito pela necessidade de legitimação da

¹⁷ Magalhães Lima, entrevista, "Portugal e a Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 79, 6 de abril de 1916, 4.

¹⁸ Luís Alves de Fraga, "Os Navios Alemães: Declaração de Guerra", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 245.

¹⁹ Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 605-06.

República, quer face à sociedade portuguesa, quer face ao estrangeiro,²⁰ onde a 1ª República Portuguesa era a terceira república europeia instituída, a par da França e da Suíça.²¹ A relutância inglesa em se comprometer em prestar auxílio a Portugal em caso de intervenção era o principal obstáculo – caso não houvesse auxílio económico e militar inglês, seria logisticamente impossível uma participação mais ativa.

A Inglaterra acabaria por ceder no quadro da aliança, tendo a 17 de fevereiro sido entregue a Augusto Soares um pedido formal de requisição dos navios alemães.²² A 23 de fevereiro já se tinham iniciado as ações de apresamento dos navios alemães saindo no dia seguinte o decreto n.º 2229, de 24 de fevereiro, legitimando essa requisição e garantindo a indemnização devida aos armadores. Três dias depois, von Rosen entregava por escrito o protesto face a essa decisão portuguesa, enquanto na Alemanha o ministro português Sidónio Pais ia dando conta de uma possível tomada de posição da Alemanha, desfavorável a Portugal.²³

A notícia da declaração de guerra da Alemanha é dada pelo *Comércio do Porto* de modo taxativo no dia 11 de março de 1916, na rubrica *Diário de Lisboa em O Commercio do Porto*. No entanto, apesar de não haver a mais ténue referência a essa circunstância da véspera, a 10 de março prenunciava-se que algo de nefasto estaria para breve:

Está iminente a rutura de relações entre Portugal e a Alemanha. [...]

Afirmava-se que o representante diplomático da Alemanha se tinha ausentado de Lisboa, fazendo chegar ao governo, por intermédio de um ministro de uma nação neutra a nota decisiva do seu país.²⁴

Por enquanto pareciam ser só boatos, uma vez que:

O governo não tinha recebido nota alguma e o snr. von Rosen conservava-se ainda nesta cidade. Aguardava a entrega da nota e prevendo, certamente, a iminência d'esse acontecimento, o snr. Presidente da República saíra de manhã do paço de Belém, dirigindo-se a casa dos chefes políticos com quem esteve conferenciando.²⁵

²⁰ Nuno Severiano Teixeira, "La Participacion du Portugal à la Grande Guerre," *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, 62 (1999), http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1999_num_62_1_4522

²¹ Ramos (coord), *História de Portugal*, 577.

²² Fraga, "Navios Alemães", 246.

²³ Fraga, "Navios Alemães", 247-48.

²⁴ "Diário de Lisboa em O Commercio do Porto", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4.

²⁵ "A Situação Internacional", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4. As transcrições efetuadas no presente trabalho serão feitas de acordo com a grafia atualizada.

Nesse mesmo número da mesma página, expõem-se pormenores das ações de Von Rosen, ainda sem se saber se de facto esta rutura de relações diplomáticas teria ocorrido.

O snr. Rosen perguntou esta tarde para o ministério dos estrangeiros a que horas podia ser hoje recebido pelo titular daquela pasta. O snr. dr. Augusto Soares fixou as 6 horas da tarde. Às 6 horas e 5 minutos o snr. Rosen apeava-se de um trem de praça á porta do ministério.²⁶

A reunião que teve com Von Rosen causou em Augusto Soares um sentimento de urgência. Tanto é que:

Minutos depois de o snr. Rosen sair do ministério, o snr. dr. Augusto Soares dirigiu-se para o ministério das finanças, onde conferenciou com o snr. dr. Afonso Costa.

Dizia-se que o ministro alemão, antes de pedir os passaportes, tinha feito entrega de uma nota do seu governo.²⁷

Os rumores confirmar-se-iam com a notícia da declaração de guerra a aparecer no *Comércio do Porto*, no dia 11 desse mesmo mês, na rubrica *Diário de Lisboa*, no relato da Sessão Conjunta Extraordinária dos deputados de dia 10, onde se reproduz o conteúdo da nota com as razões para a quebra de relações. Essas razões expressas pela Alemanha eram o impedimento do abastecimento de carvão aos seus navios, o fornecimento de armamento à Inglaterra, a apropriação do arquivo do Consulado de Moçâmedes, o envio de expedições a África para combater a Alemanha, o urdir de uma armadilha para assassinar funcionários alemães, insultos na câmara dos deputados ao imperador alemão e, o facto mais gravoso, a apreensão dos navios alemães ancorados em portos portugueses, o que era tido para os alemães como uma quebra de neutralidade²⁸ que Portugal nunca declarou.²⁹

Repara-se efetivamente algum atraso no aparecimento da notícia, um atraso de dois dias. Deve ter-se sempre presente um hiato de cerca de um a dois dias nas notícias deste órgão da imprensa, fruto do relato dos acontecimentos, muitas vezes, ser feito no dia seguinte àquele em que tiveram lugar, quer pelo próprio desconhecimento da sua ocorrência no momento. Ou pela folga da redação do periódico às segundas-feiras, tal como a ausência de notícias devido a algumas rubricas dependerem do relato de outros

²⁶ "O Ministro da Justiça Recebe o Ministro da Alemanha", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4.

²⁷ Idem

²⁸ "O Que Diz a Nota", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 60, 11 de março de 1916, 4.

²⁹ David Ferreira, "Grande Guerra," in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975), 146-48.

periódicos, que faziam folga em determinados dias, caso da barra temática *Diário de Lisboa*, que não se publicava ao domingo.

Ao tomarem conhecimento da quebra de relações com a Alemanha, as populações reagiram de modo díspar. Em Braga, no dia 13 de março, lia-se avidamente o cartaz do *Comércio do Porto*, fixo no quiosque da Praça da República, por causa desse acontecimento,³⁰ e certamente noutras localidades tal teria suscitado idêntico interesse. Face a esta notícia relata-se que, em Paços de Ferreira, a quebra de relações com a Alemanha não causou surpresa³¹ (dia 10 do mesmo), facto semelhante na Régua;³² já em Viseu, recebeu-se a notícia com muita calma, “como a única resolução possível para o nosso brio”³³ (dia 13), enquanto em Alter do Chão se referia que se lamentava a entrada no conflito e “que não haja uma força capaz de impedir rápido tanta vida sacrificada, tanto sangue derramado”³⁴ (dia 17). Em tom patriótico, de modo menos explícito que o registado em Viseu, em Celorico da Beira, recebeu-se a notícia da guerra de modo calmo, “conquanto se espera que triunfe a justiça”³⁵ (dia 16), e em Vila Nova de Poiares esperava-se que “todos cumpram o seu dever de patriotas”³⁶ (dia 12). Face à notícia da guerra, manifestações patrióticas como as ocorridas no Porto,³⁷ massivas arruadas de apoio às potências aliadas ou a criação de associações como a Junta Patriótica do Norte – constituem exemplos de mobilização da população, que em nada diferem das manifestações patrióticas ocorridas em Berlim ou em Londres em 1914, aquando do rebentamento da guerra e da entrada destes países nela.³⁸

Estas reações da população podem ser, de modo didático, agrupadas em três grandes categorias:

- Patriótica (a reação registada em Viseu, Celorico da Beira, Vila Nova de Poiares, as associações e manifestações patrióticas sobreditas);
- Conformista (Paços de Ferreira e Régua);
- Catastrofista (caso de Alter do Chão e do seu lamento pelas vidas que certamente se perderiam com a guerra).

³⁰ “Braga, 13”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 60, 14 de março de 1916, 1.

³¹ “Paços de Ferreira, 10”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 67, 19 de março de 1916, 2.

³² “Regoa, 15”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 70, 23 de março de 1916, 1.

³³ “Viseu, 13”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 1.

³⁴ “Alter do Chão, 17”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 1.

³⁵ “Celorico da Beira, 16”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 2.

³⁶ “Vila Nova de Poiares, 12”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 2.

³⁷ Registe-se que nesta cidade, logo desde o início da Grande Guerra, são várias as manifestações de apoio aos velhos países aliados e na despedida dos seus cidadãos de nacionalidade estrangeira mobilizados para se juntarem aos seus exércitos, ver Araújo, “Impressões”, 108-115.

³⁸ Phillips Payson O'Brien, “The American Press, Public and the Reaction to the Outbreak of the First World War,” *Diplomatic History* 37, 3 (2013). <http://dh.oxfordjournals.org/content/37/3/446.full.pdf+html>

Teria esta heterogeneidade de posições face à declaração de guerra este mesmo reflexo nos restantes artigos noticiosos e de opinião do *Comércio do Porto*? A tal questão deve responder-se de modo taxativo: não. A homogeneidade é a característica do discurso nos artigos deste periódico, fruto quer das suas ligações ao poder político municipal e nacional, quer da necessidade de mobilizar os cidadãos através da noção de “pátria em perigo”. A exemplo disso, no artigo intitulado “A Aliança Inglesa”, de 2 de abril, refere-se que os portugueses deveriam “cumprir o nosso dever no desempenho da missão que temos a cumprir”.³⁹ Não há um único artigo de opinião, contemporâneo à declaração de guerra, que manifeste opinião contrária. O pendor patriótico, legitimista, é o único presente nesta fase de declaração de guerra.

Com a guerra declarada, o governo teve de tomar novas providências. No n.º 62, de 14 de março, declara-se na rubrica *Diário de Lisboa* que, naquele dia,⁴⁰ devia partir para Inglaterra uma missão de oficiais a fim de escolher material de guerra. Entretanto, em Portugal toma posse o ministério de António José de Almeida, na célebre “União Sagrada”.⁴¹ Onze dias depois, noticia-se a chegada das missões militares francesa e inglesa a Lisboa e que estava para breve uma reunião dos Aliados em Paris, a fim de discutirem “o problema económico”.⁴² Sobre essa mesma conferência, diz-se, a 7 de abril, que nela irá participar Afonso Costa e que este político deveria, depois talvez ir a Londres e que, por estes dias, era esperada uma missão militar inglesa em Portugal.⁴³

Ainda sobre a conferência económica em Paris, sabe-se no número do dia seguinte que os delegados portugueses deviam partir no dia 19 ou 20 de abril.⁴⁴ Dias antes dessa partida, noticia-se, a 15 de abril, a chegada da missão inglesa.⁴⁵ O que veio fazer expressa o n.º 100, de dia 27 do mesmo mês:

[trazer] apenas a Lisboa o material para a defesa do Porto. Deu aos nossos oficiais conhecimentos técnicos que a experiência forneceu aos nossos aliados, em quasi dois anos de guerra. É uma tarefa que está, por assim dizer, concluída⁴⁶.

³⁹ “A Aliança Inglesa”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 79, 2 de abril de 1916, 1.

⁴⁰ Tendo em mente o atraso relativo a essa rubrica de, pelo menos, um dia, terá sido no dia 13 a partida desses oficiais.

⁴¹ “Portugal e a Guerra”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 65, 17 de março de 1916, 4.

⁴² “A Conferencia dos Alliados em Pariz”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 74, 28 de março de 1916, 4.

⁴³ “A Censura Imprensa – Outras Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 83, 7 de abril de 1916, 4.

⁴⁴ Da efetiva partida, aparentemente não se dá notícia.

⁴⁵ “Missão Naval Inglesa”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 90, 15 de abril de 1916, 4.

⁴⁶ “A Missão Naval Inglesa – Os Seus Trabalhos”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 100, 27 de abril de 1916, 3.

A missão inglesa demorou-se em território nacional, tanto é que, a 12 de maio, se noticia que o almirante chefe dessa missão naval teria conferenciado com o ministro da Guerra.⁴⁷ Desta missão diplomática, a bibliografia consultada pouco ou nada refere. Nem mesmo a perspetiva militar adotada pela obra coordenada por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes consegue aclarar e confirmar quer a função desta missão, quer o que terá sido discutido entre o seu chefe e o ministro da guerra. Não será abusivo supor que se tratasse de assuntos relacionados com a entrada de Portugal na guerra.

3.2. A Mobilização

A primeira notícia encontrada referente à mobilização de efetivos portugueses aparece na rubrica “Noticiário”, onde se afirma terem sido afixadas as listas do recenseamento militar dos indivíduos entre os 17 e 20 anos, nas regedorias respetivas da cidade do Porto.⁴⁸ No dia seguinte noticia-se o mesmo para Guimarães.⁴⁹ Dias depois, diz-se ter sido autorizado o Ministro da Guerra a convocar os militares licenciados a fim de fazerem preparação militar.⁵⁰

A fim de garantir um número de efetivos constante, surge em notícia que será publicado um decreto, no dia seguinte, a fim de impedir os homens de sair de território nacional antes de serem considerados inaptos para prestar serviço militar,⁵¹ enquanto outra medida, mais tardia, impede os sargentos de obter empregos públicos enquanto durar o estado de guerra.⁵² Aparecem, pouco depois, as primeiras notícias relativas a exclusões à mobilização – refere-se que os oficiais da guarda republicana e fiscal não serão mobilizados.⁵³

Em finais do mês de abril, é noticiado haver já em curso um “recenseamento militar”, com o pedido do Ministro da Justiça para que lhe chegue informação sobre os presos entre os 20 e os 45 anos que estejam aptos para serviço militar.⁵⁴ Em seguida, por inícios de maio, chamam-se os reservistas médicos e estudantes de medicina a

⁴⁷ “Portugal e a Guerra: Outras Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 113, 12 de maio de 1916, 3.

⁴⁸ “Recenseamento Militar”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 64, 16 de março de 1916, 1.

⁴⁹ “Guimarães, 16”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 65, 17 de março de 1916, 1.

⁵⁰ “Portugal e a Guerra: Convocação das Classes de Licenciados”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 4.

⁵¹ “Portugal e a Guerra”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 4.

⁵² “Suspensão do Provitamento de Sargentos em Empregos Públicos”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 81, 5 de abril de 1916, 4.

⁵³ “Requisição de Officiaes”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 97, 23 de abril de 1916, 4. Apesar de excluídos de mobilização num primeiro momento, os praças licenciados integrados nas companhias de caminho-de-ferro, com mais de 6 meses de serviço passam a ser mobilizados, segundo consta no n.º 195, de 16 de Agosto de 1916.

⁵⁴ “Os Presos de 20 a 45 annos”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 102, 29 de abril de 1916, 4.

entregarem, nos distritos de recrutamento, “cartas ou certidão de acto grande ou de tese”, de que fariam acompanhar “do certificado do registro criminal”.⁵⁵

Tudo estava legalmente estabelecido, bastava partir-se para a concretização, para as inspeções militares. Tal parecia já em curso ao avisar-se as praças licenciadas e reservistas do Porto que deviam comparecer em determinados dias para serem inspecionadas.⁵⁶ Nem das inspeções os portugueses residentes no estrangeiro podiam escapar, devendo apresentar-se até 31 de dezembro.⁵⁷

A primeira localidade, a seguir ao Porto na região norte, a ver noticiada a iminência da realização de inspeções foi Braga, onde foram inspecionados médicos e farmacêuticos.⁵⁸ Sobre tais inspeções é dito em número posterior que ainda ocorrem nesta localidade, abrangendo também os estudantes do curso liceal de ciências,⁵⁹ enquanto no Porto é mandado que os médicos e farmacêuticos declarassem os seus nomes e moradas nas secretarias do bairro oriental e ocidental.⁶⁰ Os empregados ferroviários foram, por estas alturas, tidos como exceção, ao serem isentos da mobilização militar.⁶¹ A 6 de maio tinha já sido feito um “recenseamento”, pedindo-se uma lista de condenados por vadiagem.⁶²

O primeiro dia de junho inaugura a intensificação dos preparativos. Em decreto transcrito, obriga-se ao afixar de editais com as datas das inspeções militares.⁶³ Há inspeções militares calendarizadas para o concelho de Viana do Castelo;⁶⁴ deviam começar a funcionar para esse fim as juntas de recrutamento em Guimarães, no dia 15 de junho,⁶⁵ definiram-se datas para os concelhos de Matosinhos,⁶⁶ Braga,⁶⁷ e Viana do Castelo.⁶⁸

Desta atividade mobilizadora pode concluir-se existirem duas etapas essenciais: uma legislativa, intensa até finais de abril de 1916 e que se estende até ao fim do ano,

⁵⁵ “Reservistas Medicos e Estudantes de Medicina”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 110, 9 de maio de 1916, 4.

⁵⁶ “Revista de Inspeção em 1916”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 114, 13 de maio de 1916, 2.

⁵⁷ “As Reinspeções”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 115, 14 de maio de 1916, 5.

⁵⁸ “Braga, 15”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 116, 16 de maio de 1916, 1.

⁵⁹ “Braga, 22”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 122, 23 de maio de 1916, 1.

⁶⁰ “Medicos e Pharmaceuticos”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 127, 28 de maio de 1916, 4.

⁶¹ “Os Empregados Ferroviários”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 119, 19 de maio de 1916, 3.

⁶² “Vadios à Disposição do Estado”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 108, 6 de maio de 1916, 2.

⁶³ “As Novas Inspeções Militares”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 130, 1 de junho de 1916, 3.

⁶⁴ “Vianna do Castello, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 131, 2 de junho de 1916, 1.

⁶⁵ “Guimarães, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 131, 2 de junho de 1916, 1.

⁶⁶ “Matosinhos, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 132, 3 de junho de 1916, 1.

⁶⁷ “Braga, 3”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 133, 4 de junho de 1916, 1. “Braga, 5”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 1.

⁶⁸ “Vianna do Castello, 5”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 1.

e a da calendarização e efetivação das inspeções, registando-se maior atividade no mês de junho. Estas duas circunstâncias, como se constata, ocorrem em paralelo, com diferenças de intensidade.

O mês de julho inaugura as reinspeções militares, sendo noticiada no dia 6 de julho a calendarização para as paróquias dos concelhos de Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Matosinhos,⁶⁹ Idanha-a-Nova,⁷⁰ Guimarães (neste último caso, para reinspeção dos isentos definitiva e condicionalmente),⁷¹ Braga.⁷² Contudo, inspeções militares continuam a ser feitas principalmente para o cumprimento do serviço militar, como é o caso das freguesias do concelho de Póvoa do Varzim,⁷³ das localidades de Alter do Chão,⁷⁴ Cinfães,⁷⁵ Vila Nova de Poiares,⁷⁶ concluem-se as inspeções dos jovens para o serviço militar em Alijó⁷⁷ e Vila Viçosa,⁷⁸ estando em vias de conclusão em Lanheses por inícios de agosto.⁷⁹

Paralelamente às atividades legislativa e de arrolamento de efetivos, ações diplomáticas tiveram lugar. A 10 de maio de 1916, numa transcrição de uma entrevista dada por Bernardino Machado, enquanto Presidente da República, ao redator do *Le Journal*, referia-se claramente que era “preciso que os aliados nos ajudem com créditos para podermos proceder com rapidez”.⁸⁰ A 14 desse mês Bernardino Machado recebe um almirante inglês e o ministro de Inglaterra.⁸¹

A 17 de maio de 1916 discute-se o que irá ser debatido na próxima reunião dos Aliados, que um informador garante ocorrer em junho desse ano, visando assuntos relacionados com o comércio e com a utilidade a dar aos navios alemães apreendidos⁸². Sobre essa reunião (uma conferência económica), é dito pelo periódico, a 4 de junho de 1916, que na semana seguinte Afonso Costa e Augusto Soares deveriam embarcar para Inglaterra⁸³. Quatro dias depois, é noticiado que Afonso Costa e Augusto Soares tinham

⁶⁹ “Revistas de Inspecção”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 160, 6 de julho de 1916, 1. Foi uma revista às tropas territoriais.

⁷⁰ “Idanha a Nova, 11”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 169, 16 de julho de 1916, 1.

⁷¹ “Guimarães, 2”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 174, 22 de julho de 1916, 1.

⁷² “Guimarães, 11”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 192, 12 de agosto de 1916, 1.

⁷³ “Junta de Recrutamento”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 164, 11 de julho de 1916, 1.

⁷⁴ “Vianna do Castello, 5”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 1.

⁷⁵ “Sinfães, 15”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 197, 18 de agosto de 1916, 1.

⁷⁶ “Comunicação Oficial”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 208, 31 de agosto de 1916, 3.

⁷⁷ “Alijó, 4”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 188, 8 de agosto de 1916, 1.

⁷⁸ “Vila Viçosa, 18”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 200, 22 de agosto de 1916, 1.

⁷⁹ “Lanheses, 7”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 188, 8 de agosto de 1916, 1.

⁸⁰ “Pariz, 9”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 111, 10 de maio de 1916, 3.

⁸¹ “Recepção”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 115, 14 de maio de 1916, 5.

⁸² “O Que Vai Discutir a Próxima Conferência dos Governos dos Aliados”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 117, 17 de maio de 1916, 3.

⁸³ “A Viagem Ministerial e Outras Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 133, 4 de junho de 1916, 4.

adiado a sua partida para Londres e que nessa cidade deveriam assinar “um pacto com as nações aliadas e negociarão provavelmente um empréstimo nas condições autorizadas pelo Parlamento”,⁸⁴ enquanto a Conferência Económica dos Aliados devia ter lugar em Paris, onde estes dois ministros iriam estar presentes. Sobre a sua partida, este periódico não assinala a data, mas sabe-se de uma mudança de planos que teria ocorrido: primeiramente, os ministros portugueses dirigiram-se a Paris para a Conferência Económica dos Aliados, só devendo partir para Londres quando esta findasse.⁸⁵ O que se falou nesta conferência, nada é referido pelo periódico, mas a respeito das negociações em Londres especula-se na imprensa sobre um empréstimo em vias de negociação, negociação essa que parecia estar a correr de feição.⁸⁶

Somente a 6 de agosto, mais de um mês após o desmentido dos rumores do empréstimo inglês e semanas após ter sido dada por finalizada a instrução militar em Tancos, é noticiado ter sido convocada uma sessão parlamentar para segunda-feira (o dia seguinte), já se entrevedo que o país tinha “na Inglaterra o crédito preciso para as necessidades materiais de momento”.⁸⁷ Sobre o valor do empréstimo, é dito nessa notícia estar a guardar-se: “sigilo sobre a aquisição de recursos monetários [...]”.⁸⁸

3.3. A Instrução Militar

Sobre o treino dos militares de carreira antes da mobilização geral somente se conheciam alguns dos trâmites legais para os expedicionários africanos, com o ingresso de milicianos a planificação será revista, sem que a imprensa dê particular destaque a este tópico. Somente em inícios de fevereiro de 1918, devido a certas modificações introduzidas na atividade censória pelo governo Sidonista, se sabe que já antes da declaração de guerra os militares recebiam treino para a eventualidade de se embrenharem no conflito na Europa, sem esquecer a sua presença nos territórios coloniais da África portuguesa:

Ao presumir-se a nossa possível comparticipação na guerra, começou a fazer-se sentir a imperfeição, para não dizer a falta, da nossa instrução militar, bem demonstrada nas, já agora quasi esquecidas, escolas de repetição.⁸⁹

⁸⁴ “A Viagem dos Ministros das Finanças e dos Estrangeiros”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 136, 8 de junho de 1916, 3.

⁸⁵ “A Conferência Económica dos Aliados”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 141, 14 de junho de 1916, 4.

⁸⁶ “O Empréstimo”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 157, 2 de julho de 1916, 4.

⁸⁷ “A Reunião do Congresso”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 4.

⁸⁸ “A Reunião do Congresso”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 4.

⁸⁹ “Utilização de Um Esforço”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 33, 9 de fevereiro de 1918, 1.

Teria sido esta notória falta de instrução militar uma das responsáveis por levar à instituição, em 1915, da *Divisão de Instrução*, e as necessidades de treino levariam ainda os responsáveis políticos a fazerem-na concentrar na unidade militar de Tancos. Sem treino específico para a guerra de trincheiras teria sido, segundo o mesmo número, ministrado treino especializado para a presença em França, que ficou a cargo das tropas inglesas.⁹⁰

Dando cumprimento ao calendarizado em abril de 1916,⁹¹ Tancos foi o local escolhido para os treinos da *Divisão de Instrução*. O porquê da escolha de Tancos para receber as tropas o *Comércio do Porto* não o revela – mas, segundo Isabel Pestana Marques, tal prendeu-se com três fatores: facilidade de acesso a água potável, proximidade da estação do Entroncamento e a existência de algumas infraestruturas militares.⁹²

A notícia de estarem concentrados em Tancos cerca de 20000 homens foi a única encontrada sobre a concentração militar da 1.^a divisão no campo militar da dita localidade. Como vieram, sabe-se que foi de comboio;⁹³ quantas viagens, reza sobre isso o silêncio – o secretismo foi a atitude tomada. Dois dias depois, há a notícia de que uma série de comboios especiais, começada naquele dia, se destinava “à condução de tropas para Tancos e Mafra”.⁹⁴ Sobre as unidades que constituíam a 1.^a divisão concentrada em Tancos, sabe-se pelo jornal constar o primeiro batalhão do regimento de infantaria 7,⁹⁵ de Leiria, que teria partido na madrugada de dia 31 para esse local. Nada mais sobre as movimentações de tropas para aquele campo de treino permite perceber o jornal.

Dos treinos, nada o periódico revela, quer dos métodos utilizados, quer das rotinas diárias. Centra-se grandemente nas várias visitas das altas dignidades ao local, principalmente as feitas pelo Ministro da Guerra Norton de Matos, no cumprimento da sua função.

Certo é que, a 22 de julho de 1916, uma grande parada militar reuniu vários altos dignitários do governo, dando-se por concluída toda a instrução.⁹⁶ Dias depois, noticiase, a 4 de agosto, que as tropas antes em Tancos regressariam aos seus quartéis:

⁹⁰ “Utilização de Um Esforço”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 33, 9 de fevereiro de 1918, 1.

⁹¹ Marques, “1914-1918”, 100.

⁹² Marques, “1914-1918”, 100

⁹³ “A Mobilização da 1.^a Divisão”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 4.

⁹⁴ “Outras Notícias”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 136, 8 de junho de 1916, 3.

⁹⁵ “Leiria, 6”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 137, 9 de junho de 1916, 1. Regimento proveniente de Leiria.

⁹⁶ “O Desfile das Tropas”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 175, 23 de julho de 1918, 6.

Para condução de tropas que regressam aos seus quartéis, realizam-se amanhã e depois 14 comboios especiais de Tancos e Abrantes para Aveiro, Coimbra, Ovar, Gaia, Porto, Régua, Pampilhosa, Guarda e Mangualde.⁹⁷

No final do mês de agosto, nova movimentação diplomática: uma missão anglo-francesa chega a 30 de agosto a Lisboa.⁹⁸ Sobre o que vinha fazer, nada se sabe através do *Comércio do Porto*; mas a historiografia atual permite perceber que se trataram de negociações para a entrada de Portugal no teatro ocidental do conflito europeu.⁹⁹

3.4. A Partida

3.4.1. O Embarque

A partida das tropas portuguesas foi feita em segredo. O que se conhece são algumas das movimentações diplomáticas que a precederam. Dessas, destaca-se a visita do Ministro da Guerra e de Florentino Mântua, o seu ajudante, aos transportes que se encontravam no rio Tejo.¹⁰⁰ Não satisfeito, Norton de Matos voltaria a visitar os navios ingleses,¹⁰¹ visita esta seguida de uma outra por parte do Presidente da República.

Se da partida pouco ou nada se sabe, a chegada essa é noticiada.¹⁰²

⁹⁷ “Regresso de Tropas aos Quartéis”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 185, 4 de agosto de 1916, 4.

⁹⁸ “Outras Notícias”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 207, 30 de agosto de 1916, 3. Segundo este número, os membros da missão eram o general Bernardinston, o tenente Gough Carlthron e o alferes Robinson, por parte do Reino Unido; e os franceses Grandin Espervier e o alferes Girandoux.

⁹⁹ Teixeira, “Portugal”, 64.

¹⁰⁰ “Várias notícias”. *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 9, 11 de janeiro de 1917. P. 3.

¹⁰¹ “Visita ministerial”. *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 16, 19 de janeiro de 1917. P. 3.

¹⁰² “O corpo expedicionario á França”. *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 29, 4 de fevereiro de 1917. P. 4.

Quadro 1. A partida e o Desembarque de Contingentes
do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França (1917)

N.º	Data da partida nas notícias	Data da notícia de desembarque	Data efetiva do desembarque*
29	Não referida	04/02/1917	02/02/1917
43	Não referida	21/02/1917	10/02/1917
44	Não referida	22/02/1917	20/02/1917
68	Não referida	22/03/1917	21/03/1917
72	Não referida	27/03/1917	26/03/1917
92	15/4/1917	19/04/1917	18/04/1917
99	22/4/1917	27/04/1917	25/04/1917
119	Não referida	20/05/1917	19/05/1917
129	Não referida	01/06/1917	30/5/1917
180	Não referida	31/07/1917	20 e 28/07/1917
202	Não referida	25/08/1917	11 e 24/08/1917
208	Princípio da semana	01/09/1917	30/08/1917

Fonte: O Comércio do Porto, 1916-18; *Aniceto Afonso e Carlos de Matos (coord.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 289.

3.4.2. O Desembarque

Da chegada das tropas portuguesas há notícia explícita no n.º 29, noticiando sem grandes pormenores terem chegado a França. Dias mais tarde, a 8 de fevereiro, sabe-se que os primeiros contingentes do CEP tinham chegado ao porto de Brest no dia 3 de fevereiro. O segundo ajuntamento do CEP refere-se no dia 21 de fevereiro ter chegado a França,¹⁰³ e até inícios de setembro se noticia a chegada de mais tropas.

Brest não era local de combates. Saídos dos barcos, esperava os militares portugueses uma viagem de comboio até aos campos de instrução na frente de batalha, onde receberiam treino específico até serem efetivamente incorporados nas hostes aliadas, com as quais estariam mais tarde a combater.¹⁰⁴

¹⁰³ "A Chegada do Segundo Troço Expedicionário Portuguez a França", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 43, 21 de fevereiro de 1917, 3.

¹⁰⁴ Ferreira, "Grande", 146-53.

3.5. A Vida no *Front*: As Dificuldades

Quatro noites passamos sob o pesadelo da morte, mas a tudo a gente se habitua até... a morrer. As aves conservam-se impassíveis, próximo da linha, cantando e chilreando, não se importando com o ruído seco e enervante dos morteiros e o ruído forte do canhão. Ao menos colhi impressões para um raciocínio: o homem animaliza-se e perde algumas qualidades morais.¹⁰⁵

3.5.1. O Embarque

A atividade de artilharia na frente de batalha foi uma das características da Grande Guerra. A influência desta dificuldade nas tropas portuguesas vê-se na sua omnipresença em todas as ações bélicas contra a frente defendida pelo CEP e que serão, adiante, abordadas.

3.5.2. O Gás

Vários tipos de gases foram utilizados durante esta guerra, e em tal profusão que seria fastidioso estudá-los em pormenor neste trabalho.¹⁰⁶ *O Comércio do Porto* dá informações sobre a sintomatologia comumente a eles associada, através da transcrição de correspondência de um professor português que se encontrava na frente de batalha, no n.º 152, de 28 de junho de 1917:

O homem atacado sente, no momento, um cheiro particular que em breve se dissipa, porque a quantidade é pequena; provoca as lágrimas, mas sem grande irritação das conjuntivas; ao começo, os homens, no momento, não fazem caso e só no fim de 12 a 24 horas sentem faltarem-lhes as forças, tosse seca, sensação de ardência da laringe e traqueia, uns décimos de temperatura; as extremidades dos membros esfriam um pouco; o coração enfraquece, apresenta algumas intermitências, sinal certo de intoxicação do sistema nervoso do coração.¹⁰⁷

Como o gás era arremessado sobre as tropas, um professor em França refere o uso de granadas contendo um líquido: “líquido que ferve a 123 graus e que se mantém na terra, constituindo um gás tóxico durante certo tempo”.¹⁰⁸

¹⁰⁵ “Relato de um Oficial na Frente de Batalha”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 108, 8 de maio de 1917, 4.

¹⁰⁶ A respeito dos gases utilizados nos combates, para maior pormenor, veja-se Nuno Santa Clara Gomes, “A Guerra Química: Os Gases de Combate”, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 210-13.

¹⁰⁷ “Os Gases Asphyxiantes”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 152, 28 de junho de 1917, 1.

¹⁰⁸ “Os Gases na Guerra”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 199, 28 de agosto de 1917, 1.

Sobre as tropas portuguesas também o gás manifestou os seus efeitos. Algumas comunicações da frente de batalha referem a sua utilização. Embora não se tenha ideia do tipo de gases que os afetaram durante essas operações militares o certo é que, num artigo sobre os mortos e feridos em França, o médico José Fontes refere que até ao fim de dezembro de 1917 se registaram 600 mortos e 2037 feridos. Dos mortos, é dito expressamente a existência de 9 por intoxicação de gases, e dos feridos somente 21 são referidos como atacados por gases.¹⁰⁹ A derrota de La Lys, pelo desastre que foi, elevou certamente estes números, embora não se possuam dados seguros sobre a influência dos gases nesta batalha.¹¹⁰ A atendermos nas informações dadas pelo *Comércio do Porto*, no n.º 110, de maio de 1918, teriam sido despejadas sobre o CEP nessa batalha cerca de “60000 granadas com gases asfixiantes”,¹¹¹ pelo que é expectável um maior número de baixas devido ao envenenamento por gases.

3.5.3. Ainda as Dificuldades...

Não eram somente os problemas referidos acima que afetavam as tropas portuguesas nas trincheiras da Flandres. O clima, doenças, até o próprio regime alimentar se constituíam como obstáculos a uma permanência paciente e com um mínimo de conforto.

Sobre o clima e a sua influência nefasta para os combatentes, por vezes se refere a neve como responsável de dificuldades. Apenas em dois números de jornal se fala da queda de neve como condicionante. O primeiro desses números, de julho de 1917, conta através do relato transcrito de um correspondente do *Times* que num dia de tal frio e de neve – “em que as trincheiras pareciam túmulos de gelo” –, tinha sido encontrado um soldado português fora das trincheiras, em pleno campo aberto, à procura de um raio de sol para se aquecer.¹¹² Ingenuidade por falta de treino, simples desejo de morrer, só o próprio soldado o poderia esclarecer.

Outras dificuldades se faziam sentir. O próprio regime alimentar, apesar de algumas poucas exceções, não era muito do agrado do soldado português. É o correspondente do *Comércio do Porto* em Paris, ao contar uma conversa que teve com um capitão inglês, que refere textualmente essa possibilidade:

¹⁰⁹ “Mortos e Feridos em França”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 55, 8 de março de 1918, 2.

¹¹⁰ Francisco Miguel Araújo, “Autoridade, Método e Sangue-frio: o Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português”, *Nação e Defesa*, 139 (2014): 89-94.

¹¹¹ “França”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 110, 11 de maio de 1918, 1.

¹¹² “Portugal na Guerra”: Os Portugueses no *Front*, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 158, 5 de julho de 1917, 4.

O nosso soldado talvez se queixe um pouco do regímen da comida à inglesa por falta de hábito: marmelada, manteiga, pão muito branco, mas não em quantidade suficiente para quem estava acostumado a comer muito pão; e a carne de conserva quando não pode ser fresca, também não lhes agrada muito, mas vão comendo e talvez com o tempo achem o *Corned Beef* mais apetitoso.¹¹³

Certo é que se queixava, desejando a alimentação à portuguesa.¹¹⁴

É na adversidade que as saudades de casa sempre se manifestam, e é curioso constatar que a saudade aparece em meio da camaradagem ou do tempo adverso. No mesmo número 217 refere-se que os soldados portugueses, após discutirem com os ingleses sobre a beleza das mulheres das suas terras respetivas, concluem sempre terem saudades da sua terra.¹¹⁵ E é esta rica correspondência de batalha, sempre relatando as dificuldades, que dirá as saudades que um militar sente na noite de Natal de 1917, em que lembra o ambiente de festa dos natais passados em Portugal.¹¹⁶

Um outro problema premente, nunca resolvido, foi o do *roulement* ou permuta das tropas nas trincheiras. No que a ele respeita, sucedem-se as notícias e os números num total de 28 edições. O esforço das tropas na linha da frente, o clima rigoroso, são as principais justificações apontadas para a efetivação deste procedimento, que nunca será levado a cabo de modo organizado. Após a derrota de La Lys, a 9 de abril de 1918, será algumas vezes abordado este problema (n.º 123, 124, 126, 155 desse ano). A permanência desta dificuldade acentua-o o n.º 155, de 3 de julho de 1918, dizendo que “um grupo de senhoras foi hoje pedir ao Snr. Dr. Sidónio Pais, em mensagem firmada por mais de 10000 senhoras, a imediata execução do último decreto sobre o *roulement*”. É o próprio Sidónio Pais que refere que este tem sido feito de modo desigual – enquanto os oficiais o podiam fazer com alguma frequência, os soldados tinham-no vedado.¹¹⁷ Contudo, continuou a ser irregularmente feito.

Muitas outras dificuldades das tropas portuguesas devem ser referidas, embora a fonte de informação se silencie a esse respeito: doença (tuberculose e tifo), falta de higiene, abrigos mal contruídos e onde o alojamento dos soldados era extremamente

¹¹³ “França: Paris, 30”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 186, 7 de agosto de 1917, 1.

¹¹⁴ Além das queixas, e embora a fonte de informação não o nomeie, o certo é que os soldados portugueses costumavam deitar fora a ração inglesa, alimentando-se com as rações de reserva, com o que pudessem comprar e com o que conseguissem caçar e pescar ou até roubar. Ver Isabel Pestana Marques, “Portugal nas Trincheiras - Os Combatentes Portugueses em França (1917-1919)”, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coords.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2009), 306.

¹¹⁵ “Os Nossos Soldados em França”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 217, 12 de setembro de 1917, 2.

¹¹⁶ “O Natal nas Trincheiras”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 3, 4 de janeiro de 1918, 1.

¹¹⁷ “O «Roulement»”. *O Comércio do Porto*, ano LXV, 155, 3 de julho de 1918, 1.

deficiente, com sobrelotação, a que se devem ainda adicionar as insubordinações militares.¹¹⁸ No meio de tudo isto, a vida continuava, num quotidiano de dificuldades em que o ardor da guerra sempre se encontrava presente e onde a saudade não era mais que o desejo da paz.

3.6. A Hora da Batalha

Os comunicados oficiais faziam elogiosa referência aos nossos soldados que, ao longe, continuam a honrar o nome de Portugal.

Saudemo-los uma vez mais e admiremos o generoso espírito de sacrifício dos obscuros heróis que, abandonados pelo egoísmo da retaguarda, defrontam com valentia um adversário tenaz e experimentado.¹¹⁹

Colocado na frente de batalha, após algum tempo de treino específico na retaguarda, o Corpo Expedicionário Português ocupou as suas posições na Flandres, no sector do Rio Lys,¹²⁰ entrando várias vezes em combate com o inimigo.

As ações bélicas inimigas relatadas são, na sua esmagadora maioria, militarmente designadas de *raids*.¹²¹ A atividade portuguesa na frente de batalha pautava-se essencialmente por ações defensivas, de manutenção de posições. A única notícia sobre a ação ofensiva das forças portuguesas prende-se com a intervenção de algumas unidades na tomada de Lille.¹²²

Uma outra tendência se regista no Gráfico 1, se se considerar a intensidade dos combates, é perceptível pelos comunicados o recrudescer da ofensiva alemã sobre a área controlada pelos soldados portugueses, principalmente pelos finais do ano de 1917 e primeiros meses de 1918, contrastando com a relativa calma do início da participação portuguesa.

¹¹⁸ Ver Marques, "Portugal", 305-306.

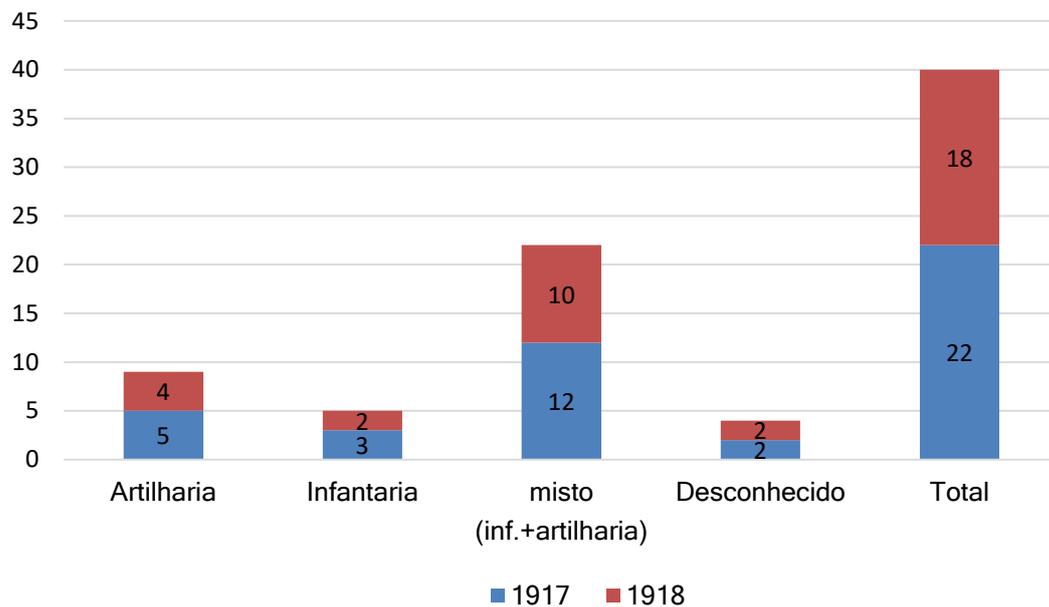
¹¹⁹ "Impressões da Guerra: Preliminares da Offensiva – o quinhão dos portugueses". *O Comércio do Porto*, ano LXV, n.º 60, 14 de março de 1918. P. 1.

¹²⁰ Marques, "Portugal nas Trincheiras", 302.

¹²¹ Um *raid* é uma ação de combate mista, com prolongado bombardeamento de artilharia inicial, seguido de ataque de infantaria.

¹²² "Tropas portuguesas aclamadas". *O Comércio do Porto*, ano LXV, n.º 256, 29 de outubro de 1918. P. 3.

Gráfico 1. Ataques Inimigos às Posições Portuguesas (1917-1918)



Fonte: *O Comércio do Porto*, 1917-1918

Ao analisar-se este gráfico é essencial ter em mente que cada comunicado/notícia pode não transmitir apenas uma ação bélica – pode referir-se inclusive até os três tipos, em dias diferentes ou até no mesmo dia. Pelo que se pode concluir deste gráfico, segundo a fonte de informação, 22 foram as ações bélicas envolvendo o CEP no ano de 1917, e 18 as do ano de 1918. Se se considerar que os dados de 1917 englobam seis meses (julho a dezembro), um cálculo da média por cada mês chega ao valor de 3,67, enquanto a de 1918 (janeiro a inícios de abril) é, grosso modo, de 6 por mês, o que comprova as afirmações dadas pela historiografia, de que teria havido uma intensificação das ações ofensivas por parte das forças alemãs.

Pelo que se observa a respeito de comunicados oficiais com notícia de batalhas, raras vezes é referido o número de mortos. Seleção governamental da informação a transmitir?! É uma hipótese plausível, mas a qual não foi possível provar.

As notícias dos combates, dadas com algum atraso, raramente recebem um tratamento por parte dos jornalistas deste periódico – a forma mais comum de levar ao conhecimento do leitor as notícias dos combates é a transcrição dos comunicados oficiais. Das poucas vezes que os membros do jornal se dedicam a noticiar e a opinar sobre a ação portuguesa no conflito (praticamente sempre recorrendo a notícias veiculadas por jornais estrangeiros), salienta-se a sua resistência e serenidade face aos

ataques inimigos.¹²³ Depois de La Lys, o discurso é mais centrado na “bravura” e no “sacrifício” do soldado, visto como uma espécie de mártir,¹²⁴ sendo salientado o seu “heroico esforço”,¹²⁵ perante um abatimento e sentimento de abandono pelo regime sidonista.

3.7. O Desaire

Favorecido por um denso nevoeiro, que tornava difícil a observação, o inimigo conseguiu penetrar nas posições dos aliados nas proximidades de Neuve-Chapelle, Frauquiessart e herdade de Cordennerie.

Depois de um combate, que durou todo o dia, o inimigo conseguiu fazer recuar o centro das tropas portuguesas (...).¹²⁶

Os reveses acontecem. A guerra, na sua imprevisibilidade, é palco de mudanças de circunstância. Se até então os soldados portugueses, mesmo perante as dificuldades, conseguiram enfrentar com relativo sucesso as hostes contrárias, o dia 9 de abril de 1918 marcou o revés da participação portuguesa na frente ocidental do conflito.

La Lys, o desastre da participação portuguesa, foi a consequência do recrudescer dos combates, quando o Império Alemão e os seus aliados viram começar a escapar-se-lhes o controlo da guerra, e a subsequente vitória.

Perante esta constatação, as tropas alemãs empreenderam um plano de desesperado ataque, com o fim de conseguir quebrar a hegemonia cada vez maior das tropas aliadas.¹²⁷ Desde os meses finais de 1917 em que se intensificavam os combates, os bombardeamentos, os ataques de gases. Foi no âmbito desta ofensiva que surgiria a batalha do rio Lys.

Que uma ofensiva alemã se previa, dá-nos conta o n.º 67, de 22 de março, havendo duas hipóteses: ou a região de Ypres ou a de Cambrai para ocorrer o ataque. Quatro dias depois noticia-se ser mais provável que tal ocorra pela região de Cambrai, longe da frente defendida pelos portugueses.

¹²³ “Os Portuguezes em França”, *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 156, 3 de julho de 1917, 2.

¹²⁴ “Impressões da Guerra”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 123, 26 de maio de 1918, 1.

¹²⁵ “O Batalhão de Infantaria 13”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 123, 26 de maio de 1918, 1.

¹²⁶ “Portugal na Guerra: No Sector Portuguez”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 84, 11 de abril de 1918, 3.

¹²⁷ A Batalha do Rio Lys insere-se na Operação Georgette, levada a cabo pelos alemães, tinha como objetivo tentar reverter o curso da guerra a favor das forças alemãs. Tal repercutiu-se, no que respeita às tropas portuguesas, em 6000 prisioneiros e vários mortos (Gilbert, *First*, 376-77).

O n.º 82, de dia 9 de abril, nenhuma notícia traz sobre a derrota de La Lys. Teria de se esperar pela divulgação, dias depois, de uma notícia aparentemente de um correspondente de um jornal estrangeiro, onde se refere que “importantes forças inimigas atacaram as tropas britânicas e portuguesas que defendiam este sector da nossa linha”.¹²⁸ Tal relato não é muito explícito. Só no dia seguinte se obtêm alguns pormenores do desaire, onde se refere a valentia portuguesa a cobrir a retirada perante o ataque alemão.¹²⁹ No dia 13 de abril é publicado um comunicado da frente portuguesa que melhor conta e esclarece o acontecido: pelas quatro e um quarto da manhã de 9 de abril, um bombardeamento intenso; das sete e meia até às dez e meia ocorreu um violento ataque alemão, que saiu vitorioso. Segundo Tamagnini, devido ao “bombardeamento muito prolongado e incessante e superioridade numérica da infantaria inimiga”, a que se adiciona um intenso nevoeiro, o que impediu os portugueses de avistar as hostes contrárias.

A par das notícias militares referentes à batalha do rio Lys, acompanhadas sempre pela referência ao carácter heroico e valente dos soldados portugueses (n.º 86, 87 e 88), surgem ainda outras que revelam a preocupação das populações. A falta de notícias após a derrota moveu a população a tentar colher informações, querendo saber dos seus, pedindo notícias de França até ao próprio *Comércio do Porto*, que, por sua vez, tenta obter informações com o Estado-Maior do CEP, sem obter qualquer resposta.¹³⁰ A 24 de abril noticia-se terem sido afixadas, no quartel-general do CEP, as listas de baixas¹³¹ referentes ao período compreendido entre 1 de março e 19 de abril. Tais notícias seriam somente referentes a oficiais,¹³² sendo a primeira lista de soldados de baixa patente publicada por este periódico a 11 de maio.¹³³ O próprio Presidente da República, numa comunicação enviada aos jornais, promete a maior celeridade no processo,¹³⁴ bem como se encarregará de saber quais são os prisioneiros portugueses capturados pelos alemães, recorrendo à neutral Espanha. O certo é que as listas de mortos, feridos e presos foram saindo, esparsamente, até ao fim do ano de 1918.

¹²⁸ “Portugal na Guerra: No Sector Portuguez”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 84, 11 de abril de 1918, 3.

¹²⁹ “Portugal Na Guerra: A Valentia do Exercito Portuguez”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 85, 12 de abril de 1918, 2.

¹³⁰ “Noticias de França”. *O Comércio do Porto*, ano LXV, 94, 23 de abril de 1918, 2.

¹³¹ “Noticias de França”. *O Comércio do Porto*, ano LXV, 95, 24 de abril de 1918, 1.

¹³² “Noticias de França”. *O Comércio do Porto*, ano LXV, 97, 26 de abril de 1918, 1.

¹³³ “França”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 110, 11 de maio de 1918, 1.

¹³⁴ “Comunicação da Presidência da Republica”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 112, 14 de maio de 1918, 3.

La Lys foi o destroçar do CEP, foi o fim deste como um corpo autónomo. Mais de um mês após a batalha, não se sabe onde estão os militares que escaparam¹³⁵ – sabe-se que Tamagnini conferenciou (a 23 de maio) com o Ministro da Guerra.¹³⁶ Supunha-se há algum tempo que este general estaria a envidar esforços para reorganizar o Corpo Expedicionário,¹³⁷ estando inclusive a caminho de Lisboa. Tamagnini demitir-se-ia, bem como Maia Magalhães, chefe do estado-maior do CEP,¹³⁸ e a reorganização deste corpo de exército ficou a cargo do coronel Sinel de Cordes, sendo Tamagnini substituído no comando por Garcia Rosado.¹³⁹

Neste intervalo, permanece a questão: que foi feito do CEP?

Só a 4 de julho informações dadas pela imprensa estrangeira e transcritas pelo *Comércio do Porto* dão conta das novas funções das tropas portuguesas: em serviços de retaguarda, a maioria dedica-se a abrir trincheiras e à “construção de obras de defesa”,¹⁴⁰ enquanto parte da artilharia portuguesa servia junto com os contingentes britânicos. Supõe-se ainda que reforços seriam enviados para França.¹⁴¹

Mas o governo não se preocupou apenas em substituir os comandos do CEP após a derrota: a proposta, constante da sessão de 1 de agosto do Senado, da autoria de Egas Moniz, previa uma comissão de inquérito ao desastre de 9 de abril. Tal comissão, apesar de aprovada, nunca chegou a partir para a frente.¹⁴²

3.8. O Armistício ou o Adeus às Armas

O título da obra de Ernest Hemingway é sobremaneira adequado às expectativas de toda uma geração. O fim da guerra poderia ser o início de um longo período de paz. Quantas ilusões criadas, poucas décadas depois desvanecidas. A paz sobreveio, mas tal demorou cerca de quatro anos de guerra (oficialmente, dois anos para Portugal) e imensas provações.

Em inícios de outubro já se esperava a paz.¹⁴³ A Alemanha parecia dobrada, derrotada, apenas faltava admitir o óbvio. A Turquia e a Áustria-Hungria já tinham, cada

¹³⁵ “Impressões da Guerra”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 115, 17 de maio de 1918, 1.

¹³⁶ “Varias Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 121, 24 de maio de 1918, 2.

¹³⁷ “General Tamagnini”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 108, 9 de maio de 1918, 2.

¹³⁸ “Varias Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 147, 23 de junho de 1918, 2. Segundo o n.º 157 foi substituído nesta função por Sinel de Cordes.

¹³⁹ “Varias Noticias”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 153, 30 de junho de 1918, 2.

¹⁴⁰ “Os Portuguezes em França”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 156, 4 de julho de 1918, 1.

¹⁴¹ “Para França”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 159, 7 de julho de 1918, 2.

¹⁴² “Inquerito ao C.E.P”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 225, 22 de setembro de 1918, 2.

¹⁴³ “Os Offerecimentos de Paz”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 238, 8 de outubro de 1918, 2.

uma por sua vez, reconhecido a derrota e aceitado o armistício. A Alemanha foi, assim, abandonada.¹⁴⁴

A paz viria em breve. Manifestações festivas antecipadas, como o foi a entrada de um paquete em Lisboa, todo embandeirado, por ter conseguido chegar a um porto seguro sem nenhum problema, sem qualquer ataque inimigo.¹⁴⁵ Esperava-se agora, portanto, o armistício. A 10 de novembro de 1918 noticia-se que ainda não se tinham recebido notícias do armistício e que, caso elas surgissem “os navios de guerra embandeirarão em arco e nos edifícios públicos será arvorada a bandeira nacional”.¹⁴⁶ Será apenas no dia 12 do mesmo, no n.º 268, que seria noticiado o armistício.¹⁴⁷ Evidentemente que tal notícia causou a maior euforia, tal como o noticia o número subsequente:

Continuam as manifestações festivas pela assinatura do armistício que se considera o primeiro passo para o termo da guerra.

O ânimo de todos, especialmente daqueles que têm parentes e amigos em França e na África, a combater pela causa dos aliados, sente-se desanuviado e liberto de um pesadelo enorme.¹⁴⁸

No n.º 270, referem-se várias manifestações patrióticas e de regozijo: no dia 12, em Tabuaço; em 13 de novembro, ocorrem em Braga, Viana do Castelo. Em nenhuma das localidades faltam as manifestações festivas, com os sinos repicando alegremente.

4. Os Limites do Conhecimento Jornalístico: Breve Conclusão

Sobre os jornalistas portugueses pode seguramente concluir-se que sabem o que lhes era contado relativamente à participação portuguesa no *front* europeu. Fosse através dos comunicados oficiais, fosse por cartas de soldados na frente, e até por transcrições de correspondentes estrangeiros, o que pressupõe um distanciamento físico face ao CEP sem jornalistas destacados de forma permanente. Contudo, o seu trabalho era ainda condicionado pela atividade censória. Desde 1 de abril de 1916 aplicou-se a designada censura de guerra, que impedia a publicação de informações de cariz militar que pudessem comprometer a participação portuguesa, conquanto outras tantas nunca tenham saído das esferas militares para o grande público.

¹⁴⁴ Para mais detalhe sobre as negociações para o armistício ver Ferro, *Great*, 241-246.

¹⁴⁵ “Manifestações Festivas”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 266, 9 de novembro de 1918, 3.

¹⁴⁶ “O Armistício”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 267, 10 de novembro de 1918, 1.

¹⁴⁷ “O Armistício”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 268, 12 de novembro de 1918, 2. Ver Ferreira, “Armistício”, 194.

¹⁴⁸ “A Paz: Manifestações de Regozijo”, *O Comércio do Porto*, ano LXV, 269, 13 de novembro de 1918, 1.

Quadro 2. A Censura de Guerra no *Comércio do Porto*

Meses	Anos		
	1916	1917	1918
Janeiro	0	17	0
Fevereiro	0	17	0
Março	0	13	0
Abril	3	14	3
Maiο	6	13	6
Junho	7	10	4
Julho	5	15	6
Agosto	11	8	0
Setembro	7	4	2
Outubro	6	2	9
Novembro	2	12	7*
Dezembro	15	4	Não verificado
Subtotal	62	129	37
Total		228	

* Verificação parcial desse mês, até 16 de novembro de 1918.

Fonte: *O Comércio do Porto*, 01.04.1916 – 16.11.1918.

Dos 835 números do periódico consultados, 228¹⁴⁹ contêm notícias total ou parcialmente censuradas. Ou seja, pouco mais de um quarto dos números contêm artigos censurados, assim identificados sumariamente pelo espaço em branco na composição do jornal. Apesar de tal quantidade, no final desta investigação foi possível concluir que essa informação censurada não impossibilitou uma quase completa percepção do conflito, notando-se algumas lacunas principalmente no respeitante ao quotidiano no campo de treinos de Tancos, no que concerne a partidas e desembarques e, principalmente, do quotidiano das tropas. Não se encontram neste período referências às doenças mortais na frente de batalha como o tifo e a tuberculose advinda do bacilo de Koch,¹⁵⁰ nem às várias revoltas das tropas que, depois da batalha do Lys, foram mais intensas.¹⁵¹ Mesmo com estes condicionamentos, pelas páginas d' *O Comércio do Porto* foi possível perceber o conflito em muitas das suas vertentes fundamentais.

¹⁴⁹ Deve considerar-se haver 5 números indisponíveis, e não se sabe se foram (ou não) censurados.

¹⁵⁰ Bacilo de Koch é o nome dado à bactéria causadora da tuberculose. Já tifo é o nome comum de uma infeção causada pela bactéria *Rickettsia prowazekii*, e transmissível através dos piolhos humanos, cujos principais sintomas são febres altas, dores musculares, irritação, podendo em alguns casos os doentes desenvolver pneumonia ou entrar em falência orgânica. Anne Hildyard e Jolyon Goddard (ed). *Encyclopedia of Diseases and Disorders* (Nova Iorque: Marshall Cavendish Reference, 2011), 432, 365.

¹⁵¹ Segundo Luís Alves de Fraga, após a batalha do rio Lys, ocorreram cerca de 9 insubordinações coletivas do CEP. Estas insubordinações ocorreram essencialmente pelo descontentamento dos militares, por terem sido afastados de funções ativas na frente. Para maiores esclarecimentos ver: Luís Alves de Fraga, *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França, 1917-1918*. (Lisboa: Prefácio, 2003), 58-67.

Fontes

Impressas

O Comércio do Porto. 1916-1918. Porto: Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Núcleo de Publicações Periódicas, (05)-3.

Bibliografia

- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos. *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- Araújo, Francisco Miguel. "Autoridade, Método e Sangue-frio: O Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português". *Nação e Defesa*, 139 (2014): 84-99.
- Araújo, Francisco Miguel. "Impressões Jornalísticas Sobre o Porto na Grande Guerra", Ferreira Gaspar *et al* (coords.), *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM, 2014. 105-124
- Campenhoudt, Luc Van e Quivy, Raymond. *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*. 4.^a Edição. Paris: Dunod, 2011.
- Ferreira, David. "Armistício da Primeira Guerra", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975. 194.
- Ferreira, David. "Grande Guerra", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975. 146-153.
- Ferreira, Manuel Enes. "Comércio (O) do Porto", Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999. 373-374.
- Ferro, Marc. *The Great War: 1914-1918*. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- Fraga, Luís Alves de. *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França, 1917-1918*. Lisboa: Prefácio, 2003.
- Fraga, Luís Alves de. "Os Navios Alemães: Declaração de Guerra", Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- Gilbert, Martin. *The First World War: A Complete History*. Nova Iorque: RosettaBooks, 2014.
- Gomes, Nuno Santa Clara. "A Guerra Química: Os Gases de Combate", Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- Hildyard, Anne e Goddard, Jolyon (eds.). *Encyclopedia of Diseases and Disorders*. Nova Iorque: Marshall Cavendish Reference, 2011.

- Lemos, Mário Matos. "Comércio do Porto, O", Matos, Mário (coord.), *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, 2006. 170-174.
- Marques, Isabel Pestana. "1914-1918. Comportamentos de Guerra", Teixeira, Nuno Severiano e Barata, Nuno Themudo (coords.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 99-135.
- Marques, Isabel Pestana. "Os Portugueses nas Trincheiras: Vivências Comportamentais", Teixeira, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 71-88.
- Marques, Isabel Pestana. "Portugal Nas Trincheiras - Os Combatentes Portugueses em França (1917-1919)", Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009.
- Marques, Ricardo; Ramalho, Margarida Magalhães e Cardoso, Rui (coords.). *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.
- O'Brien, Phillips Payson. "The American Press, Public and the Reaction to the Outbreak of the First World War." *Diplomatic History* 37, nº 3 (2013).
<http://dh.oxfordjournals.org/content/37/3/446.full.pdf+html>
- Ramos, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- Teixeira, Nuno Severiano. "La Participacion du Portugal à la Grande Guerre". *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, nº 62 (1999): 5-14.
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1999_num_62_1_4522
- Teixeira, Nuno Severiano. "A Política Externa da Primeira República – 1910-1926", Meneses, Filipe Ribeiro e Oliveira, Pedro Aires, *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2011. 173-175.
- Teixeira, Nuno Severiano. "Portugal na Grande Guerra 1914-1918: As Razões da Entrada e os Problemas da Conduta", Teixeira, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 55-70.
- Ventura, António. "A Guerra e a Imprensa Portuguesa." Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010. 497-503.

Viana, Vítor Rodrigues (ed). *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: IDN, 2014. Número 139.